



A (RE) ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NO RN E SUAS IMPLICAÇÕES PARA PAU DOS FERROS

Joseney Rodrigues de Queiroz Dantas¹

RESUMO

Estudar a questão urbana e regional no Brasil torna-se fundamental quando o consenso em torno dos “lugares eleitos” comanda as discussões na academia e nas decisões públicas de investimento. Propomos-nos a estudar o processo de (re) organização do espaço urbano potiguar e suas implicações para a o Alto Oeste Potiguar, especialmente para Pau dos Ferros. A despeito das mudanças na estrutura produtiva e na organização sócio-espacial, os investimentos continuam concentrados no Litoral Oriental, e em Mossoró, ficando as demais regiões, dependentes das transferências públicas e dos programas de transferências de renda.

Palavras-chave: Estado, urbanização, Alto Oeste, Pau dos Ferros.

ABSTRACT

Studying the urban and regional level in Brazil is fundamental when the consensus on the "elected seats" controls the discussion in academia and in public decisions on investment. We propose to study the process of (re) organization of urban space RN and its implications for the Upper West Potiguar, particularly for Pau dos Ferros. Despite changes in production structure and the socio-spatial organization, investment remains concentrated in the East Coast, and in Natal, leaving the other regions, dependent on transfers and public programs of income transfers, insufficient to remove the population of the line poverty.

Key-words: State, urbanization, Upper West, Pau dos Ferros.

¹ Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN/Universidade Estadual do Rio Grande do Norte -UERN. joseney_queiroz@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Consideramos como ponto central desse estudo o entendimento de que a análise urbana e regional no Brasil não deve se dissociar do estudo das persistentes assimetrias estruturais que caracterizam as relações entre as diversas regiões e classes sociais, dos fatores de continuidade, inércia e rigidez das desigualdades econômicas e sociais persistentes no país.

A análise do espaço urbano sob esse ângulo nos cria possibilidades, dentre outras coisas, de desvelamento da existência e permanência de uma heterogeneidade regional e social no Brasil, que tende a se agravar à medida que o capital se expande.

Para Brandão (2007), o bloco histórico que domina o país, se alimenta e se reproduz, também, da extensividade, do caráter intinerante, “da fuga para frente” sempre em busca de fontes de valorização que utilizam a dimensão continental e a dialética da alta concentração geográfica e ao mesmo tempo; a altíssima capilaridade e capacidade de interiorização e saída para dentro que o capitalismo brasileiro aprendeu a utilizar, constituindo cadeias produtivas longas e complexas.

A despeito das mudanças ocorridas com a industrialização pós-1930 e, especialmente, pós-1960, sob a lógica da industrialização pesada, a rede urbana brasileira ainda era marcada por centros urbanos de baixa complexidade funcional e pouco articulada entre si. “o país estava estruturado em torno de metrópoles regionais consolidadas ou em formação” (CORREA, 2006, p. 314).

A urbanização segue em ritmo acelerado nos anos 1970, com a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, entretanto, é preciso não esquecer que conjuntamente a esse processo, também explodem as demandas sociais, a violência urbana e a marginalidade, a criminalidade, a informalidade e a precarização do trabalho.

A reformulação do papel do Estado, a partir dos anos 1990, com fins a atender às novas demandas do capital, envolveu um intenso processo de privatização, flexibilização das leis trabalhistas e desregulamentação do setor financeiro, o que o deixa mais propenso a crises e o retira de funções clássicas de períodos anteriores, tais como a promoção de uma melhor distribuição da riqueza, e a desconcentração espacial da riqueza. Destacamos também dentre essas transformações a revitalização do papel das grandes metrópoles, uma vez que, mesmo não sendo mais o centro industrial, continuam a ser o centro financeiro e de comando da economia, bem como, as responsáveis pela oferta dos serviços especializados.

Essas mudanças, portanto, não afetam apenas as áreas mais dinâmicas do país, têm atingido também as demais regiões, como é o caso do Nordeste Brasileiro que vinha sendo beneficiado com o processo de desconcentração implantado nas décadas de 1970 e 1980.

Araújo (2000) afirma que as mudanças políticas e econômicas ocorridas no âmbito nacional tendem a romper a prioridade dada à montagem de uma base econômica que lentamente vinha desconcentrando atividades para as regiões periféricas. Esse fenômeno torna-se mais grave quando se verifica a guerra fiscal entre os Estados para consolidar alguns pontos de dinamismo em suas áreas de atuação. “O receptor das benesses (a grande empresa) é quem determina o final do torneio e define o vitorioso da guerra entre lugares” (BRANDÃO, 2007, p. 49)

No Rio Grande do Norte, a dinâmica econômica recente não contribuiu para uma desconcentração da riqueza ou melhoria da rede urbana, ao contrário “reforçou uma urbanização fortemente concentradora e polarizada” (CLEMENTINO, 2003, p. 17)

É nesse contexto que nos propomos a estudar o processo de (re) organização do espaço urbano potiguar e suas implicações para a microrregião do Alto Oeste Potiguar, e, em especial para Pau dos Ferros. A escolha de Pau dos Ferros como área de estudo se deu pelo fato de essa cidade exercer uma importância geoeconômica fundamental no interior do estado do Rio Grande do Norte, liderando uma microrregião composta por 242.021 habitantes², além de ser um município favorecido por uma corrente e concentração de fluxo de população, mercadorias e dinheiro, que circunda uma região fronteiriça entre os Estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba, o que levou o IBGE a classificá-la como Centro Sub-regional³. Vale ressaltar que apesar do crescimento registrado na última década, o município convive com problemas estruturais, habitacionais, bem como apresenta carência nas áreas de educação, saúde e segurança, dentre outros.

2 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO RN: ABORDAGENS SOBRE O MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS.

No Rio Grande do Norte, as desigualdades intra-regionais refletem-se na concentração dos investimentos em dois pólos: o litoral oriental, que além de sediar a capital, conta com as atividades turísticas, industriais e comerciais e; a região de Mossoró, com a agricultura irrigada e a indústria extrativa (petróleo e sal). Enquanto isso, nas áreas não competitivas “são as

² Soma da população dos 37 municípios que compõe a Microrregião do Alto Oeste, localizada no extremo Oeste do Rio Grande do Norte. IBGE (2010).

³ De acordo com o REGIC 2007, no topo da hierarquia estão as metrópoles, que se constituem nos 12 principais centros urbanos do país; em seguida as capitais regionais, 70 centros que se relacionam com o extrato superior da rede urbana, com capacidade de gestão imediatamente inferior à das metrópoles e com área de influência regional, no Rio Grande do Norte, encontram-se nesta categoria Natal (nível A) e Mossoró (nível C); em terceiro lugar na hierarquia estão os centros sub-regionais, 169 centros com atividades de gestão menos complexa entre os níveis 5 e 6, e área de atuação mais reduzida, estão nesta categoria Caicó e Pau dos Ferros (nível A) e Açu e Currais Novos (nível B). (IBGE, 2008)

aposentadorias e as transferências governamentais (FPM e ICMS) que movimentam a economia local” (CLEMENTINO, 2003, p.398).

Nessa situação, encontram-se a grande maioria dos 167 municípios que compõem o nosso estado. Destes municípios, um número significativo foi criado no século XX, inclusive, os últimos 16 municípios foram criados na década de 1990, como resultado da Constituição de 1988, que “estabeleceu critérios pouco rígidos para a emancipação de distritos e criou atrativos como o Fundo de Participação dos Municípios sem exigir contrapartidas em serviços a ser prestado à população local” (CLEMENTINO, 1997, p.5).

O resultado dessa expansão foi o desenfreado processo de criação de cidades⁴ que tem levado ao desequilíbrio socioeconômico e populacional do estado evidenciado em algumas regiões menos favorecidas. O Alto Oeste Potiguar⁵ é um desses casos, em que os municípios não desenvolvem atividades capazes de garantir sustentação econômica e muito menos qualidade de vida para sua população. A maioria deles tinha como base econômica a agricultura, em especial a cultura algodoeira, e, após a crise do algodão, não houve novas atividades agrícolas ou industriais que lhe dessem sustentação. A redução da participação do PIB do Alto Oeste na composição do PIB estadual de 4,42 em 1999 para 3,95 em 2002; bem como a manutenção de baixos índices durante a década, apenas 4,08 em 2008, comprovam a não recuperação da economia dos municípios do Alto Oeste. IBGE (2010a)

Em termos de rede urbana, Clementino (2003) destaca que a dinâmica recente da economia potiguar não contribuiu para a sua desconcentração, muito ao contrário, reforçou uma urbanização fortemente concentrada e polarizadora e explicitando as mesmas cidades. As relações econômicas e funcionais entre a Grande Natal e o *hinterland* potiguar se dão sobre forte liderança de Natal, devido sua importância econômica e concentração dos serviços públicos.

Os dados preliminares do Censo 2010 apontam que a população potiguar continua se concentrando na capital do Estado e no seu entorno. O maior crescimento populacional em termos absolutos se deu em Natal (712.317 em 2000 para 803.811 em 2010), seguido por Parnamirim (124.690 em 2000 para 202.413 em 2010). Enquanto todos os municípios da região metropolitana registraram crescimento em sua população, 41 municípios potiguares com menos de 15.000 habitantes tiveram sua população reduzida. Em termos de concentração urbana, a desconcentração relativa da população urbana de Natal verificada na década de 1990, continuou no período 2000-2010 (34,9% para 32,60%), entretanto, ao verificar seu aglomerado urbano, houve aumento de 45,1% para 49,30%, o que somado à população urbana de Mossoró (8,21%), chega a 58,92%, índice superior a 2000. (IBGE, 2010).

⁴ Sedes dos referidos municípios.

⁵ Composta por 37 municípios, subdivididos em três micro-regiões (Pau dos Ferros, São Miguel e Umarizal), O Alto Oeste tem a maioria de sua população vivendo em cidades (61%). Apenas dois desses municípios, Pau dos Ferros e São Miguel, superam os 20 mil habitantes.

Importante ressaltar que apesar dessa concentração da dinâmica produtiva e populacional, a rede urbana potiguar conta com quatro centros intermediários, que desenvolvem atividades menos complexas, mas que desempenham importante papel para os municípios que se encontram no entorno, principalmente no que se refere à prestação de serviços básicos como educação e saúde e ao comércio varejista; referimo-nos aqui aos centros classificados pelo IBGE como centros sub-regionais, são eles: Caicó e Pau dos Ferros (nível A); Assú e Currais Novos (nível B)

Em termos dos centros superiores, não houve mudanças significativas em relação ao REGIC 2000, entretanto no nível estadual houve algumas alterações, com destaque para o caso de Pau dos Ferros, município pólo da região do Alto Oeste, que ascendeu a centro sub-regional A. Pau dos Ferros, com uma população de 27.733 habitantes, pode ser caracterizado como um município eminentemente urbano, uma vez que mais de 92% de sua população reside em sua sede. (IBGE, 2010). A economia do município é sustentada pelo setor terciário (comércio e serviços públicos e privados), já que este setor tem sido responsável por mais de 75% do PIB municipal (IBGE, 2008).

Ao concentrar vínculos econômicos e estabelecer relações e transações comerciais com aproximadamente 40 municípios no entorno, Pau dos Ferros se configura como centro regional em expansão da microrregião supracitada, polarizando toda essa unidade espacial e apresentando um crescente movimento pendular de pessoas que vem em busca da grande disponibilidade de serviços públicos e comerciais existentes na cidade.

A presença do setor público em Pau dos Ferros é expressiva (em 2008 correspondia a 24% do PIB e 40,25% dos serviços). Acreditamos que essa participação tem aumentado nos últimos anos com o programa de interiorização do ensino superior, inicialmente no âmbito estadual com a ampliação dos cursos superiores no Campus da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN em Pau dos Ferros em 2004 (03 para 07 cursos) e posteriormente (2009) a instalação de um Campus do Instituto Federal de Educação Tecnológica (IFRN).

Em Pau dos Ferros, é visível como a recente ampliação da oferta do ensino superior e técnico público e privado ⁶, tem contribuído para a dinamização da economia com destaque para o aumento dos serviços de hospedagem e alimentação e crescimento do setor imobiliário, bem como para a ampliação da área de influência de Pau dos Ferros, que ultrapassa as fronteiras do RN, avançando em direção aos vizinhos estados do Ceará e da Paraíba. ⁷

⁶ No ensino técnico, temos uma escola do setor privado que atua há mais de 05 anos no município, e recentemente, tivemos a instalação de um Campus do IFRN; no ensino superior, tem um Campus da UERN que oferece atualmente 09 opções de cursos de graduação e um Mestrado na área de Letras; o IFRN também com cursos de graduação na área das ciências naturais, além de três faculdades particulares que oferecem cursos no município.

⁷ As duas Instituições públicas (UERN e IFRN) juntas tem mais de 300 servidores entre docentes e técnicos cuja maioria passou a residir na cidade e recebem hoje mais de 2000 alunos provenientes de mais de 40 municípios do RN e de uns 15 municípios dos vizinhos estados do Ceará e da Paraíba.

Mesmo com esse crescimento, a cidade de Pau dos Ferros apresenta vários problemas internos que comprometem o seu desenvolvimento sócio-econômico e o bem-estar da população que ali reside. Apesar de sua população estar concentrada na zona urbana, a cidade não apresenta uma divisão territorial do trabalho diversificada, estando a maioria dos trabalhadores concentrados na rede de comércio e serviços, exercendo atividades que exigem pouca qualificação profissional.

Outro fator preocupante é a fragilidade desse município em relação a centros maiores representada pela dependência de transferências constitucionais de recursos, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), dada a carência do desenvolvimento de estratégias econômicas de atração de investimento e geração de emprego e renda e a falta de capacidade de produzir sua própria receita, bem como a vulnerabilidade das políticas públicas.

Em termos intra-urbanos, a cidade de Pau dos Ferros está dividida em 14 bairros, 7 conjuntos habitacionais e 3 núcleos habitacionais. Dados do DATASUS colhidos durante uma pesquisa desenvolvida em 2010⁸ apresentam problemas estruturais e sociais em diversas áreas, bem como a diferenciação entre os bairros, o que influencia no perfil socioeconômico das pessoas que habitam este ou aquele espaço, o mesmo ocorrendo com os serviços que se deslocam de acordo com as classes de renda de um ou outro local.

Na área habitacional ainda foi verificada a existência de casa de Taipas no município (cerca de 3%), concentradas em dois bairros periféricos da cidade, Riacho do Meio (1%) e conjunto habitacional Manoel Deodato (24%). A prefeitura municipal em parceria com o Ministério das Cidades através do Programa de Urbanização Regulação e Assentamentos está trabalhando para erradicar as casas de taipas no município, de início o projeto visa construir 50 moradias, esse número chega a ser irrisório, visto que só no Manoel Deodato existem 199 casas de taipas, além do mais, a maioria dessas casas foi construída às margens do rio Apodi-Mossoró, em ruas não asfaltadas e algumas não possuem sequer banheiros e sanitários. (DANTAS; PRAXEDES, 2010)

Outro problema grave é a quase ausência de saneamento básico no município, apenas 12,82% das residências possui sistema de esgotos, sendo o destino mais comum das fezes e urinas as fossas ou o céu aberto. Vale salientar que mais de 70% das residências ligadas ao sistema de esgoto estão localizadas no conjunto Princesinha do Oeste. Já em relação ao destino do lixo, apesar da coleta ser feita em sua maioria pela rede pública cerca de (96,16%), o lixo recolhido é depositado em um local na zona rural próximo a cidade sem as devidas condições de tratamento. (DANTAS; PRAXEDES, 2010)

⁸ Trata-se do projeto de pesquisa intitulado “Uma leitura contemporânea da dinâmica urbana de Pau dos Ferros, RN: território, planejamento e atores sociais”, coordenado pela autora, executado em parceria com a UERN e com o auxílio de uma bolsista PIBIC/CNPQ.

As desigualdades espaciais, sociais e econômicas já se tornam evidentes, áreas como Nações Unidas e Princesinha do Oeste são habitadas e conhecidas por concentrarem uma população de maior poder aquisitivo, e tem a disposição uma quantidade maior de serviços, inclusive com a atuação mais premente do setor público; enquanto o bairro Riacho do Meio e o conjunto habitacional Manoel Deodato, neste se encontra inserida a favela Beira Rio, abrigam uma parcela significativa da classe baixa da cidade, e lá estão concentrados os maiores problemas.

3 CONCLUSÃO

A exposição desse pequeno quadro de “(dês) continuidade” na desconcentração com que o Nordeste se defronta, principalmente a partir de 1990, e que tem se refletido negativamente nos índices sociais, não negam a heterogeneidade de ordem estrutural, agravada pelas políticas digam-se regressivas dos governos neoliberais. Parafraseando Brandão (2007) o estado brasileiro perde capacidade sistêmica e orgânica, e sua ausência em questões primordiais vem provocando um verdadeiro vácuo no processo decisório acerca do desenvolvimento regional e urbano até hoje não ocupado.

Apenas como forma de ilustração, de que o estado tem direcionado a maior parte do seu orçamento para locais mais competitivos, apresentamos alguns dados referentes ao Plano Plurianual do Rio Grande do Norte para o período 2008-2011, dos quais 27% dos investimentos estão direcionados para o Litoral Oriental, e, apesar de 56% poderem ser investidos em qualquer município potiguar, das quatro grandes propostas do PPA, três são para Natal e Região Metropolitana (Aeroporto de São Gonçalo, Trem metropolitano de Natal e Terminal pesqueiro de Natal) e o quarto, o Gasoduto Nordestão beneficiará a região petrolífera e salinera do Estado. (SEPLAN, 2007) Enquanto isso, as demais regiões, apesar das potencialidades existentes, ficam à mercê das transferências públicas constitucionais e dos programas de transferência de renda.

A região do Alto Oeste, na qual está localizado o município de Pau dos Ferros, a despeito de alguns investimentos estaduais e federais na área de educação técnica e superior, já citados, e de projetos de infra-estrutura (BR 226 e Transposição do Rio São Francisco) em fase de implementação, bem como, alguns projetos localizados na área de turismo, poucos recursos tem chegado à região que não sejam provenientes de transferências públicas, sejam elas diretas ou indiretas. Enquanto isso a população sofre com falta de infraestrutura, serviços básicos de educação e saúde, desemprego, pobreza, etc.

É necessário, portanto, uma integração entre as políticas públicas e a ampliação em escala nacional de políticas sociais, universalizadas. Na mesma medida é necessário o Estado

colocar no centro, como prioridade uma política consistente de emprego e renda, consolidando o crescimento de postos formais de trabalho. Por fim, criar novas políticas que atendam de fato às demandas locais, com respeito às necessidades, ao multiculturalismo e à vocação das diversas localidades que possa se não eliminar, minimizar, a desigualdade regional, social e econômica, já que a desigualdade é uma característica intrínseca ao sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Barcelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: REVAN, 2000.

BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 2007.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. **Receitas municipais e grau de dependência dos pequenos municípios do Nordeste**. Natal/RN, 1997. (texto mimeo).

_____. Rio Grande do Norte: novas dinâmicas, mesmas cidades. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos A.; GALVÃO, Antonio C. F. **Região e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora da UNESP; ANPUR, 2003.

CORREA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DANTAS, Joseney R Queiroz; Praxedes, Lidiane L. Uma leitura contemporânea da dinâmica urbana de Pau dos Ferros, RN: território, planejamento e atores sociais. **Relatório final da pesquisa**. UERN, 2010.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Região de Influência das Cidades - 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **Resultados do Censo 2010**. IBGE, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/populacao_por_municipio_zip.shtml. Acesso em: 14 de dezembro de 2010.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008**. IBGE, 2010a. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/defaulttab_zip.shtml. Acesso em: 23 de março de 2011.

IICA - INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA –. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Alto Oeste: Volumes 2 e 3**. Natal/RN: IICA, 2006.

SEPLAN – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Plano Plurianual 2008-2011**. Natal-RN: SEPLAN, 2007.